

HABEAS CORPUS Nº 547.796 - CE (2019/0352967-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : FILIPE DUARTE PINTO CASTELO BRANCO
ADVOGADO : FILIPE DUARTE PINTO CASTELO BRANCO - CE035021
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : BRENO FERREIRA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de BRENO FERREIRA DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no HC n.º 0629799-36.2019.8.06.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, no dia 17/08/2017, e denunciado como incurso nas penas dos arts. 33 da Lei n.º 11.343/2006, 16 da Lei n.º 10.826, e 329 do Código Penal, em concurso material. O Réu, apontado como autor de homicídio e de disparos contra viatura policial, foi surpreendido em sua residência na posse de 19g (dezenove gramas) de crack e um revólver 38. com numeração raspada. Na ocasião, teria resistido à prisão em flagrante.

Na audiência de custódia, a sua detenção foi convertida em prisão preventiva com fundamento na garantia da ordem pública (fls. 44-48).

Pretendendo a revogação da custódia cautelar, a Defesa impetrou prévio *writ*, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado (fls. 430-431):

"EMENTA:HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS, E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E RESISTÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 52, DO STJ. IMPOSSIBILIDADE DE MITIGAÇÃO DO ENUNCIADO SUMULAR. SÚMULA Nº 63, DO TJ/CE. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE. PACIENTE QUE REGISTRA CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS PREVISTAS NO ART. 319, DO CPP. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

1. Paciente preso em flagrante em 17.08.2018, pela suposta

Superior Tribunal de Justiça

prática dos delitos capitulados no art. 33, da Lei nº 11.343/2006, art. 16, da Lei nº 10.826/2003, e art. 329, do CP.

2. Extrai-se das informações prestadas pela autoridade impetrada, bem como se observa em consulta ao processo de origem (nº 0004826-74.2017.8.06.0117), por meio do Sistema e-SAJ, o paciente foi preso em flagrante em 17.08.2017. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva em 22.08.2017. A denúncia foi oferecida em 31.08.2017. Em 02.10.2017, foi determinada a notificação do denunciado para apresentar resposta acusação. Citação do paciente em 30.10.2017. Defesa preliminar apresentada em 30.01.2018. A denúncia foi recebida em 05.03.2018, e designado audiência de instrução para 18.04.2018. Ocorreu a audiência de instrução em 18.04.2018, com interrogatório do acusado e das testemunhas de acusação, ficando redesignado o dia 29.05.2018, para continuação. Em 29.05.2018, foi encerrada a instrução, e aberto prazo para a juntada do laudo pericial e apresentação dos memoriais. No dia 29.06.2019, foi juntado o laudo pericial. Memoriais de acusação apresentados em 23.06.2019, e da defesa em 01.08.2019. Atualmente, o processo encontra-se, concluso para sentença.

3. Assim, visto que a instrução já se encontra encerrada; incide, na hipótese, o enunciado sumular nº 52, do Superior Tribunal de Justiça: 'Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo', pelo que se deve atribuir ao feito regular tramitação.

4. Verificou-se que o paciente registra condenação com trânsito em julgado em 26.04.2018, pelo crime art. 33, da Lei 11.343/2006, perante à 3ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú/CE (proc. nº 0045970-67.2013.8.06.0117).

5. Inviável, portanto, a substituição da prisão por medidas cautelares diversas, previstas no art. 319, do CPP, já que estas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. Em consonância com este entendimento, julgado do STJ.

6. Ordem conhecida e denegada."

O Impetrante alega excesso de prazo porque "*desde a data da sua prisão, o acusado encontra-se encarcerado por tempo superior ao lapso de dias que a jurisprudência determina*" (fl. 5).

Busca, assim, em liminar e no mérito, a concessão da ordem para relaxar a prisão por excesso de prazo.

É o relatório inicial.

Passo à análise do pedido urgente.

Superior Tribunal de Justiça

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual têm sido mitigados pela jurisprudência dos Tribunais Pátrios, à luz do princípio da razoabilidade. Desse modo, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando esse for motivado por descaso injustificado do Juízo processante, o que não se verifica em juízo de cognição sumária.

Conforme ressaltado pelo Tribunal *a quo* o processo teve trâmite regular e já está concluso para sentença, o que afasta a alegação de excesso de prazo nos termos do enunciado da Súmula n.º 52 do Superior Tribunal de Justiça.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável nesta fase processual, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo de primeiro grau de jurisdição, mormente sobre a situação prisional do Paciente e o andamento da ação penal.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora